

## RESENHA

**Silva, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997**

Este livro procura recuperar aspectos do cotidiano, ambiência cultural e universo simbólico prevalecentes entre escravos, libertos e homens livres de cor do Brasil do século XIX, através de um estudo de caso da vida e pensamento do auto-intitulado Dom Obá II d'África (Obá significando "rei" em ioruba), um "tipo de rua" que viveu na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas da escravidão e do Império. Para a sociedade de bem, Dom Obá não passava de um homem meio amalucado; entre escravos, libertos e homens livres de cor, ao contrário, ele era reverenciado como príncipe real, o Príncipe do Povo. Para o historiador ele representa um insuspeito elo entre as elites dominantes de então e a massa brasileira que emergia da desagregação da sociedade tradicional. (1997, p.11)

Eduardo Silva já tem sua trajetória profissional consolidada e dispensa apresentações demoradas. Chefe do Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, é autor de livros como *Barões e escravidão* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984), *As queixas do povo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988) e, em parceria com João José Reis, *Negociação e conflito* (São Paulo: Cia. das Letras, 1989).

Neste seu mais recente trabalho, versão ampliada de sua tese de doutorado na Universidade de Londres, Silva persegue a figura excêntrica de Cândido da Fonseca Galvão, negro filho de um africano forro, graduado alferes por sua participação na Guerra do Paraguai e que era famoso no Rio de Janeiro por suas vestimentas (quase incompreensíveis aos nossos olhos) que misturavam trajes de oficial do Exército, penas e outros símbolos africanos, com fraques e cartolas (insígnias de "homem de bem").

---

Paulo Roberto Staudt Moreira é historiógrafo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e doutorando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Monarquista ferrenho, Obá desfilava sua majestade pelas ruas, gozando do prestígio da comunidade negra - livres e escravos -, aos quais defendia em longos artigos publicados na imprensa em doses homeopáticas, conforme suas condições financeiras permitiam, e nas sessões públicas concedidas pelo monarca (às quais ele quase não faltava).

As perguntas iniciais do trabalho foram: o que representava Dom Obá? O que “estava tentando dizer” com suas palavras e aparência? Por que ele tocava tanto naquela sociedade, desde o povo miúdo até os editores de jornal? (p.15).

Dotando de individualidade um popular - empreitada rara, até mesmo em decorrência do esforço de pesquisa empírica que demanda -, o autor procurou entender o comportamento de escravos, libertos e homens livres de cor nos momentos de desintegração da ordem escravista. Sua busca do homem comum e de sua individualidade está inserida em uma tradição historiográfica composta da micro-história de Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987) e da história etnográfica de Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986).

Representante de uma proposta teórico-metodológica que salienta a interdisciplinaridade, Eduardo Silva, em sua tentativa de decifrar os significados simbólicos que os objetos, textos e comportamentos do Rei Obá II d'África tinham para seus contemporâneos, chama a atenção para os benefícios da análise antropológica na questão da valorização da diferença/do estranhamento: um sinal que nos pareça absurdo pode servir de acesso a uma cultura outra.

Obá deve ter nascido por volta de 1845, em Lençóis (Bahia), era filho de Benvindo, de nação ioruba. Seu pai, segundo o costume seguido por muitos alforriados, adotou o sobrenome de seu ex-senhor, Fonseca Galvão, “um onomástico que transmitia prestígio social” (p.37). É claro que, em uma sociedade cuja unidade era baseada grandemente em laços de dependência (apadrinhamento, etc.), a adoção do sobrenome do ex-senhor (às vezes atual patrão) auxiliava na sua localização social. Um indivíduo sem referências representava um ponto frágil, desprotegido, pois a imersão em redes de dependência é um pré-requisito para a montagem de eficazes estratégias de resistência e sobrevivência. Na verdade, o preço de viver em sociedade é a nossa inclusão em redes hierárquicas, e os cativos precisavam cuidar para não saírem das redes paternalistas da escravidão para a inexistência social através do rompimento completo com as antigas esferas de proteção.

Aproveitando a grande mobilização nacional gerada pela Guerra



do Paraguai, Cândido da Fonseca Galvão, ao contrário de inúmeros casos de recrutamento compulsório, alistou-se voluntariamente e ainda auxiliou no recrutamento de voluntários da Pátria. Ao ter de apelar à nação pedindo auxílio, em decorrência do fracasso dos métodos tradicionais de recrutamento, o imperador criou na mente de milhares de brasileiros - livres e libertos - a esperança de que a sua participação no Exército seria considerada "prova de bravura pessoal e via de integração na sociedade mais ampla" (p.42). Galvão voltou da guerra em agosto de 1866, ferido na mão direita, e, após pressionar o governo, recebeu, em 1872, as honras do posto de alferes como ex-alferes de comissão da 3ª Cia. de Zuavos Baianos (p.58).

Para muitos contemporâneos, a presença de Galvão nos aniversários de Dom Pedro II e nas audiências públicas do monarca era uma das conseqüências do conflito com o Paraguai, ou seja, receber o representante das ruas seria uma espécie de concessão ao "populacho" - principalmente aos negros que haviam garantido a vitória brasileira no conflito. Na sua primeira viagem à Europa, em 1871, quando sua filha assumiu a regência, Dom Pedro II (o "pai dos voluntários da Pátria") disse que deveria ser uma das obrigações dela a generosidade para com os dedicados a sua pessoa e nação (p.118).

Carl von Koseritz, quando visitou a quinta imperial de São Cristóvão, além de encontrar Dom Obá II, viu que o imperador mantinha às suas expensas uma aula para crianças pobres e, ainda, estabelecera famílias pobres naquelas terras. Dom Pedro II mantinha muitas pessoas desvalidas com sua dotação pessoal, que a República, quatro dias após ter sido proclamada, considerou de utilidade pública, transferindo os gastos para o Tesouro Nacional a fundo perdido (p.118).

Dom Obá, o príncipe das ruas, estabelecia um elo entre os populares e a burocracia estatal, fazendo requerimentos, importunando ministros e o próprio imperador, com causas de sua gente (p.123). Em seus textos explicita-se a visão de mundo deste cidadão-soldado - que acreditava na força da pena contra a espada -, composta de religiosidade e paciência ioruba. Sua atividade de ligação entre o Palácio, a burocracia estatal e as ruas, coloca-o como objeto de estudo privilegiado no entendimento das redes paternalistas que envolviam o Império.

Com a abolição e a República, Dom Obá perdeu boa parte de seu carisma entre a população negra. Em 2 de dezembro de 1889, 63º aniversário de Dom Pedro II, o Príncipe Obá II foi, como todos os anos, ao Palácio Imperial, com seu uniforme da Guerra do Paraguai, para dar os cumprimentos ao monarca. Atrás de si arrastou considerável multidão que aca-

bou constituindo uma “aguda manifestação”, logo dispersa pela polícia. Quatro dias depois, o Governo Provisório cassou as honras militares do alferes por “mau comportamento habitual e desordeiro”. Menos de um ano depois, em 8 de julho de 1890, “só e abandonado”, morre Dom Obá.